

O PROGRAMA ESCOLA ARENINHA COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL INTERSECRETARIAL EM FORTALEZA

THE ESCOLA ARENINHA PROGRAM AS AN INTERSECRETARIAL INTEGRAL EDUCATION POLICY IN FORTALEZA

Sandra Racquel de Melo Batista¹, Ariovaldo Francisco da Silva², Elisa Maria Andrade Brisola³

¹ Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, racquelmelo@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade São Francisco, professor no Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, MG, Brasil, ari@unis.edu.br.

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica, professora no Centro Universitário do Sul de Minas, Jacaré, SP, Brasil, elisabrisola@gmail.com.

* Autor de correspondência

Resumo

O presente artigo busca examinar o Programa Escola Areninha como política pública de educação integral intersecretarial, no município de Fortaleza, avaliando de que forma o programa se configura como política intersecretarial e quais são suas contribuições para a educação integral. O estudo tem como objetivo analisar a organização, os fundamentos e a proposta educativa do programa, enquanto política pública integrada. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como procedimento a análise documental de legislações, diretrizes institucionais e documentos oficiais relacionados ao programa e à política municipal de educação integral. Os resultados indicam que o Programa Escola Areninha se estrutura a partir da articulação entre diferentes secretarias municipais, especialmente, as áreas de educação e esporte, promovendo a ampliação dos tempos e espaços educativos. Conclui-se que o programa representa uma estratégia relevante de educação integral, em nível municipal, embora sua efetividade dependa da articulação institucional, do acompanhamento das ações e da integração entre o programa e as unidades escolares.

Palavras-chave: Educação integral. Políticas públicas. Intersetorialidade. Escola Areninha. Fortaleza.

Abstract

This article examines the Escola Areninha Program as an intersecretarial integral education public policy in the municipality of Fortaleza, analyzing how the program is structured as an intersectoral policy and its contributions to integral education. The study aims to analyze the organization, foundations, and educational proposal of the program as an integrated public policy. The research is qualitative in nature, with an exploratory and descriptive approach, and was conducted through documentary analysis of legislation, institutional guidelines, and official documents related to the program and the municipal integral education policy. The results indicate that the Escola Areninha Program is structured through the articulation of different municipal departments, especially the areas of education and sports, promoting the expansion of educational time and learning spaces. It is concluded that the program represents a relevant integral education strategy at the municipal level, although its effectiveness depends on institutional articulation, monitoring of actions, and integration between the program and schools.

Keywords: Integral Education. Intersectorality. Public Policy. Escola Areninha Program. Fortaleza..

©UNIS-MG. All rights reserve

1 INTRODUÇÃO

A educação integral tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma importante estratégia de política pública educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagem

Received in 09.04.2026 - Received in revised form in 29.04.2026 - Accepted in 29.05.2026 – Available online 20.08.2026

Interação, Varginha, MG, v. 28, n. 2, p. 22-31, 2026, ISSN 1517-848X / ISSN 2446-9874.

e à promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente, em contextos marcados por desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a educação deve ser compreendida para além do ensino formal, considerando a formação humana em suas múltiplas dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional e física, o que pressupõe a ampliação dos tempos, dos espaços e das experiências educativas.

Nesse contexto, o Programa Escola Areninha, implementado no âmbito do Programa Aprender Mais pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, representa uma dessas iniciativas ao articular práticas esportivas e pedagógicas por meio da utilização de equipamentos públicos esportivos, como espaços educativos no contraturno escolar, materializando a intersetorialidade entre educação e esporte. Ao propor a ampliação da jornada escolar e a diversificação das experiências educativas, o programa insere-se no conjunto de políticas públicas voltadas à promoção da educação integral e ao fortalecimento dos vínculos entre escola, território e comunidade.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como tema: O Programa Escola Areninha como política pública de educação integral intersecretarial no município de Fortaleza, partindo do seguinte problema: De que forma o Programa Escola Areninha se configura como uma política pública intersetorial e quais são suas contribuições para a efetivação da educação integral no município de Fortaleza?

O estudo tem como objetivo geral analisar o Programa Escola Areninha, enquanto política pública de educação integral intersecretarial. Como objetivos específicos, busca-se: compreender a organização e os fundamentos do programa; analisar sua proposta educativa no contexto da educação integral; e discutir sua configuração como política pública intersetorial no âmbito da gestão municipal.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na importância de compreender o papel das políticas públicas intersetoriais, no que se refere ao desenvolvimento de ações voltadas à educação integral, especialmente, em contextos urbanos marcados por vulnerabilidade social, nos quais a ampliação dos tempos e espaços educativos se apresenta como estratégia de fortalecimento da aprendizagem, de desenvolvimento social e de ampliação das oportunidades educativas. Além disso, o trabalho busca fornecer elementos que possam subsidiar o aperfeiçoamento do Programa Escola Areninha, contribuindo para a reflexão sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão e para o debate sobre a educação integral como política pública, de forma mais equitativa e eficaz, para a promoção do desenvolvimento educacional pleno de estudantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação integral como concepção de formação humana

A concepção de educação integral, para além da ampliação da jornada escolar, está fundamentada na compreensão de que o processo educativo deve contemplar o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, envolvendo aspectos cognitivos, sociais, culturais, emocionais e físicos. Nessa perspectiva, a educação não se limita à transmissão de conteúdos escolares, mas se constitui como um processo formativo amplo, relacionado à construção da autonomia, da cidadania e da participação social dos sujeitos. Conforme destaca Moll (2012), a educação integral implica a reorganização dos tempos, espaços e práticas educativas, de modo a

reconhecer que a aprendizagem ocorre em diferentes contextos e experiências sociais, e não apenas no espaço formal da sala de aula.

Nesse sentido, a educação integral pressupõe uma mudança de paradigma educacional, deslocando o foco da escola como único espaço de aprendizagem para uma concepção de território educativo, na qual diferentes instituições e equipamentos públicos passam a integrar o processo formativo dos estudantes. De acordo com Gadotti (2009), a cidade educadora e o território educativo ampliam as possibilidades de aprendizagem ao reconhecer que a formação humana ocorre também nos espaços culturais, esportivos, comunitários e sociais, fortalecendo a relação entre escola, comunidade e políticas públicas sociais.

Guará (2006) compreende a educação integral como uma concepção formativa que visa o aperfeiçoamento humano, articulando diferentes experiências educativas e diferentes espaços de aprendizagem. Essa compreensão desloca a ideia de educação centrada, exclusivamente, na escola e reconhece a importância de outros espaços sociais e educativos na formação dos sujeitos. Nesse sentido, a educação integral pressupõe a ampliação dos tempos e dos espaços educativos, mas, sobretudo, a integração entre diferentes experiências formativas.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), ao defender que a educação deve estar relacionada à realidade social dos sujeitos e promover aprendizagens significativas. Para o autor, a educação precisa contribuir para a autonomia, a participação social e a formação crítica dos estudantes, o que implica compreender o processo educativo para além da transmissão de conteúdos escolares. Assim, a educação integral aproxima-se da ideia de formação humana ampla, que envolve diferentes dimensões da vida social.

Cavaliere (2007), por sua vez, ao discutir a educação integral no contexto das políticas públicas, destaca que sua efetivação depende da integração entre tempo, espaço e agentes educativos. Para a autora, a educação integral não se concretiza apenas com a ampliação da jornada escolar, mas com a construção de um projeto educativo articulado, no qual diferentes instituições e políticas públicas possam atuar de forma integrada. Essa compreensão é fundamental para analisar programas que se desenvolvem no contraturno escolar, como é o caso do Programa Escola Areninha.

A educação integral, portanto, não deve ser compreendida apenas como aumento do tempo de permanência do aluno na escola, mas como a ampliação das oportunidades educativas, o que envolve a diversificação das experiências formativas e a articulação entre diferentes políticas públicas voltadas à infância e à juventude. Essa perspectiva reforça a compreensão de que a formação integral está relacionada à garantia de direitos sociais e educacionais, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social, para os quais a escola e as políticas educacionais desempenham papel fundamental na promoção da equidade.

2.2 Intersectorialidade como princípio das políticas públicas educacionais

A intersectorialidade, no campo das políticas públicas, refere-se à articulação entre diferentes setores governamentais e sociais com o objetivo de enfrentar problemas complexos que não podem ser resolvidos de forma isolada por uma única área administrativa. No campo educacional, essa perspectiva ganha relevância especialmente nas políticas voltadas à educação integral, uma vez que o desenvolvimento pleno dos estudantes envolve não apenas a dimensão pedagógica, mas também aspectos relacionados à saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Segundo Junqueira (2004), a intersecretorialidade constitui uma estratégia de gestão pública que busca superar a fragmentação das políticas sociais, promovendo ações integradas entre diferentes setores e instituições. Para o autor, a articulação intersecretorial permite maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior efetividade das políticas sociais, ao considerar o cidadão em sua totalidade e não de forma segmentada.

No campo da educação integral, a intersecretorialidade torna-se um elemento estruturante, pois a ampliação dos tempos e espaços educativos exige a participação de diferentes equipamentos públicos e profissionais de diferentes áreas. Nesse contexto, programas que articulam educação e esporte, como o Programa Escola Areninha, que integra a Secretaria de Educação à Secretaria de Esportes, inserem-se em uma lógica de política pública intersecretorial, ao promover ações que envolvem diferentes secretarias e diferentes espaços formativos. Contudo, para que a intersecretorialidade se efetive, não basta apenas a existência de parcerias institucionais formais; é necessário planejamento conjunto, definição de objetivos comuns, acompanhamento das ações e avaliação integrada das políticas desenvolvidas.

Essa integração intersecretarial também pode ser materializada por meio da estrutura física padrão de uma Escola Areninha, que pode ser construída tanto em alvenaria quanto em estrutura modular (contêiner), conforme especificações adotadas pela gestão municipal em diferentes fases de implementação do projeto.

De acordo com informações divulgadas pela Prefeitura de Fortaleza, cada unidade possui, em média, 375 m² de área construída e é composta por três salas de aula, sala dos professores, coordenação, refeitório, copa, almoxarifado e banheiros, organizados de modo a garantir o funcionamento das atividades pedagógicas vinculadas ao Programa Aprender Mais (Fortaleza, 2023). Além do prédio, o campo de futebol das Areninhas, considerado a quarta sala de aula, constitui o elemento central do equipamento esportivo e apresenta-se no formato *society*, com grama sintética, alambrado e rede de proteção, garantindo segurança e delimitação adequada do espaço, conforme figura apresentada na sequência:

Figura 1 - Modelos da estrutura física da Escola Areninha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025)

Em resumo, a intersectorialidade não deve ser compreendida apenas como uma cooperação administrativa, mas como uma estratégia de gestão integrada, que pressupõe diálogo institucional, compartilhamento de responsabilidades e construção coletiva das ações, com foco no atendimento integral das necessidades dos estudantes.

2.3 O esporte como prática educativa na educação integral

No contexto da educação integral, o esporte deixa de ser compreendido apenas como atividade física ou recreativa e passa a ser entendido como prática educativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos estudantes. De acordo com Bracht (2005), o esporte, quando inserido em um contexto pedagógico, pode contribuir para a formação de valores como cooperação, respeito às regras, trabalho em equipe, autonomia e responsabilidade, constituindo-se como um importante instrumento educativo.

Além disso, o esporte educativo diferencia-se do esporte competitivo, pois seu objetivo principal não é o rendimento ou a performance, mas o desenvolvimento humano e social dos participantes. Nessa perspectiva, o esporte escolar e o esporte educacional devem ser orientados por princípios pedagógicos que valorizem a participação, a inclusão, o respeito às diferenças e a formação cidadã, conforme destacam Kunz (2006) e Tubino (2010), ao discutirem o esporte como direito social e como prática formativa.

Essa compreensão é fundamental para analisar programas que utilizam equipamentos esportivos como espaços educativos, como é o caso do Programa Escola Areninha, que se insere no conjunto de políticas públicas que buscam articular educação e esporte como estratégia de desenvolvimento integral e de ampliação das oportunidades educativas.

No âmbito das políticas de educação integral, o esporte assume papel estratégico por possibilitar a ampliação dos tempos educativos e a criação de vínculos entre os estudantes e a escola, contribuindo para a permanência e o engajamento nas atividades educativas. Além disso, as práticas esportivas podem favorecer o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como autocontrole, resiliência, cooperação e empatia, competências cada vez mais valorizadas nos debates contemporâneos sobre educação e formação humana.

Assim, quando articulado ao projeto pedagógico da escola e às políticas de educação integral, o esporte pode se constituir como um espaço de aprendizagem significativa, contribuindo não apenas para o desenvolvimento físico, mas para a formação integral dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a escola e os programas educacionais assumem papel fundamental na garantia de direitos e oportunidades educativas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como procedimento a análise documental. A abordagem qualitativa possibilita a compreensão de fenômenos sociais e educacionais em seus contextos específicos, permitindo a interpretação de políticas públicas e de seus fundamentos teóricos e institucionais.

A natureza exploratória da pesquisa está relacionada à necessidade de compreender o Programa Escola Areninha, enquanto política pública de educação integral intersecretarial, considerando que se trata de uma política pública recente e ainda pouco analisada no campo acadêmico. Já o caráter descritivo da pesquisa justifica-se pela análise da organização, dos

objetivos, das diretrizes e da estrutura institucional do programa no contexto da política municipal de educação integral.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a análise documental, que, segundo Gil (2002), baseia-se na utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Foram analisados documentos oficiais relacionados à formulação e à implementação do Programa Escola Areninha e da política de educação integral no município de Fortaleza, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); documento Educação Integral: Texto Referência para o Debate Nacional (MOLL, 2012); documento Orientações Gerais do Programa Aprender Mais, publicada pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (2024); documentos institucionais e materiais informativos da Prefeitura Municipal de Fortaleza e das Secretarias Municipais da Educação e do Esporte relativos ao Programa Escola Areninha; documentos referentes à estrutura física e ao funcionamento das Escolas Areninha; e legislações e atos normativos municipais relacionados à política de educação integral e à implantação das Areninhas. A seleção desses documentos fundamentou-se em sua relevância normativa e institucional para compreender a organização, os princípios e a proposta educativa do programa.

Os documentos foram examinados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que compreende as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação dos dados. A análise buscou identificar, nos documentos, elementos relacionados à educação integral, à intersetorialidade, à ampliação dos tempos e espaços educativos e ao desenvolvimento integral dos estudantes, categorias que orientaram a interpretação dos dados à luz do referencial teórico adotado. Essa análise comparativa também buscou identificar convergências entre os fundamentos normativos do Programa Escola Areninha e os referenciais teóricos da educação integral, da intersetorialidade e do esporte como prática educativa, que subsidiaram a construção das categorias analíticas.

4 ANÁLISE/DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise documental permitiu a construção de quatro categorias: educação integral, intersetorialidade, ampliação dos tempos e espaços educativos e esporte como prática educativa. A relevância do Programa Escola Areninha não se limita à oferta de atividades no contraturno escolar, mas reside, sobretudo, como estratégia de articulação entre diferentes setores da gestão pública municipal. O programa articula educação e esporte, ao utilizar equipamentos urbanos já existentes e ressignificá-los como espaços educativos. Esse aspecto é central, pois revela que a proposta do programa ultrapassa a lógica da ampliação do tempo escolar e se aproxima de uma concepção de educação integral fundada na diversificação dos espaços de aprendizagem e na ampliação das experiências formativas dos estudantes.

Do ponto de vista das políticas públicas, esse desenho institucional indica que o Programa Escola Areninha se insere em uma lógica intersecretarial que busca enfrentar, de maneira articulada, demandas educacionais e sociais presentes nos territórios. A intersetorialidade, nesse caso, aparece como uma tentativa de integrar setores, tradicionalmente, organizados de forma fragmentada. A utilização das Areninhas como espaços vinculados à política educacional reconfigura a função desses equipamentos públicos, que deixam de ser, exclusivamente, espaços de lazer ou práticas esportivas, passando a integrar uma estratégia mais ampla de formação dos estudantes.

Esse resultado é particularmente relevante quando analisado à luz de Cavaliere (2007), que problematiza a noção de educação integral reduzida à simples extensão do tempo escolar. Para a autora, a ampliação da jornada só possui sentido pedagógico quando se articula a uma reorganização qualitativa das experiências educativas. Nessa perspectiva, a centralidade do Programa Escola Areninha não está apenas no fato de acontecer no contraturno, mas na possibilidade de integrar diferentes linguagens, práticas e espaços à formação dos estudantes, alinhando-se a uma compreensão mais ampla de educação integral.

Entretanto, a leitura dos documentos também permitiu observar que a existência de uma estrutura intersecretarial não garante, automaticamente, a integração efetiva entre as dimensões pedagógicas e institucionais do programa, exige planejamento compartilhado, definição de responsabilidades, circulação de informações e acompanhamento contínuo das ações. Em outras palavras, o potencial intersecretarial do programa só se realiza plenamente quando essa articulação se converte em ação pedagógica integrada.

Outro aspecto evidenciado na análise documental refere-se ao papel atribuído ao esporte na proposta educativa. Os documentos não o apresentam como atividade acessória ou complementar, mas como dimensão constitutiva da formação integral. Essa orientação é relevante porque desloca o esporte de uma função meramente recreativa e o insere como linguagem educativa, vinculada ao desenvolvimento de competências sociais, emocionais e relacionais. Ao fazer isso, o programa se aproxima de uma concepção de educação que reconhece o corpo, o movimento e a convivência como elementos legítimos da aprendizagem.

Essa leitura dialoga com Freire (1996), para quem a prática educativa precisa estar vinculada à experiência concreta dos sujeitos e produzir sentido em seu processo formativo. Quando o esporte, a convivência, a aprendizagem e a permanência do estudante em experiências educativas ampliadas são associadas, existe uma tentativa de construir práticas mais significativas e contextualizadas. Sob essa ótica, o esporte pode funcionar como mediação pedagógica capaz de ampliar o interesse, o engajamento e o vínculo dos estudantes com os espaços educativos. No entanto, a análise impõe reconhecer, ainda, que essa potencialidade depende de intencionalidade pedagógica. Sem essa mediação, o esporte corre o risco de ser reduzido a atividade paralela, sem conexão efetiva com os objetivos formativos da política de educação integral.

Além disso, os documentos sugerem que o programa está voltado para territórios socialmente vulneráveis, o que amplia sua relevância no plano da equidade educacional. Ao utilizar equipamentos públicos localizados em áreas periféricas, articulando-os à política educacional, o município sinaliza o reconhecimento de que a educação integral precisa dialogar com o território e com as condições concretas de vida dos estudantes. Essa dimensão territorial evidencia que o programa não se limita a oferecer atividades adicionais, mas se coloca como possibilidade de ampliação do direito à educação em contextos marcados por desigualdades.

Como já mencionado anteriormente, a educação integral requer a consideração das múltiplas dimensões do desenvolvimento humano e das diferentes experiências que constituem os sujeitos, conforme defende Guará (2006). Sob esse prisma, a política ganha densidade ao articular escola, território, esporte e formação humana. Contudo, justamente por atuar em territórios vulneráveis, o programa também se torna mais dependente de mecanismos institucionais capazes de sustentar sua continuidade e de enfrentar as barreiras sociais que atravessam o cotidiano dos estudantes. Assim, a análise possibilitou inferir que o Programa Escola Areninha carrega uma dupla dimensão: de um lado, amplia oportunidades educativas, mas de outro, revela a necessidade de políticas mais densas de acompanhamento, integração e permanência, para que sua atuação não seja limitada pelas desigualdades que busca enfrentar.

Um ponto que emerge com força na leitura dos documentos é a relação entre o programa e a escola regular. Embora o Programa Escola Areninha esteja inserido na política de educação integral, os documentos sugerem que sua efetividade depende da capacidade de integração com o projeto pedagógico das unidades escolares. Isso significa que o programa só se consolida como política educacional, e não apenas como ação complementar, quando suas atividades são reconhecidas como parte do percurso formativo do estudante. A ausência dessa integração pode produzir um efeito de paralelismo institucional, no qual o programa opera ao lado da escola, mas não em articulação com ela.

Essa questão é particularmente importante do ponto de vista analítico, pois evidencia que a política de educação integral requer mais do que ampliação de tempos e espaços, exige coerência pedagógica entre as diferentes instâncias que participam da formação do estudante. Cavaliere (2007) já alertava que a educação integral depende da articulação entre experiências formativas distintas, e não de sua mera justaposição. Nesse sentido, os documentos do programa apontam uma direção promissora, mas também deixam entrever que o maior desafio está em consolidar uma integração efetiva entre a proposta intersecretarial e a prática pedagógica escolar.

Portanto, os resultados permitem afirmar que o Programa Escola Areninha representa uma iniciativa relevante no campo das políticas municipais de educação integral, principalmente, por combinar intersecretarialidade, territorialidade e ampliação dos espaços educativos. Seu diferencial reside em recriar equipamentos esportivos, antes, utilizados somente como espaços de formação, integrando-os a diferentes setores da gestão pública, como o da educação, em torno de um objetivo comum.

Em síntese, a discussão dos resultados indica que o Programa Escola Areninha apresenta potencial para contribuir com a educação integral de Fortaleza, se configurando como uma política pública intersecretarial, que busca materializar a educação integral em nível municipal, por meio da integração entre educação e esporte e da utilização de equipamentos públicos como espaços educativos, e por promover a ampliação dos tempos e espaços educativos. Entretanto, sua efetividade depende da existência de mecanismos de articulação institucional, planejamento integrado e acompanhamento pedagógico das ações desenvolvidas, de modo que não funcione de forma isolada, mas integrado à proposta pedagógica das escolas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a ampliação das oportunidades educativas.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o Programa Escola Areninha como política pública de educação integral intersecretarial no município de Fortaleza, a partir de análise documental de legislações, diretrizes institucionais e documentos orientadores da política. Os resultados evidenciaram que o programa se configura como uma estratégia de articulação entre diferentes setores da gestão pública, especialmente, das áreas de educação e esporte, promovendo a ampliação dos tempos e espaços educativos e a utilização de equipamentos públicos como espaços de formação.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o campo das políticas públicas educacionais ao discutir a educação integral na perspectiva da intersecretarialidade, evidenciando que a ampliação da jornada escolar, por si só, não caracteriza a educação integral, sendo necessária a integração entre diferentes espaços, agentes e experiências educativas. Nesse sentido, o trabalho reforça a compreensão de que a educação integral se concretiza por meio da articulação entre políticas públicas e da utilização de diferentes espaços sociais como ambientes educativos.

Como contribuição científica, o estudo evidencia que o Programa Escola Areninha representa uma experiência de política pública intersecretarial em nível municipal, baseada na integração entre educação, esporte e território, configurando-se como estratégia de ampliação das oportunidades educativas e de desenvolvimento integral dos estudantes. Entretanto, a análise também aponta que a efetividade de políticas intersetoriais depende da existência de mecanismos de articulação institucional, planejamento integrado e acompanhamento das ações, de modo a evitar a fragmentação das políticas públicas.

Embora a análise documental tenha permitido compreender a estrutura normativa, os fundamentos e a organização institucional do Programa Escola Areninha, este estudo apresenta limitações inerentes ao método adotado. Os documentos oficiais analisados expressam a concepção formal da política pública, seus objetivos e diretrizes, mas não permitem apreender, de forma direta, como essas orientações são operacionalizadas no cotidiano das unidades escolares, nem as percepções dos diferentes sujeitos envolvidos em sua implementação. Desse modo, os resultados devem ser compreendidos como uma análise da política em sua dimensão prescritiva, não abrangendo integralmente sua materialização na prática educativa.

Conclui-se, portanto, que o Programa Escola Areninha apresenta avanços no campo das políticas de educação integral em nível municipal, especialmente ao propor a integração entre diferentes setores da gestão pública e a ampliação dos espaços educativos. Contudo, sua consolidação como política pública de educação integral depende da efetiva integração entre o programa e a escola regular, bem como do fortalecimento dos mecanismos de articulação intersetorial, acompanhamento pedagógico e gestão integrada das ações. Recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens empíricas, envolvendo entrevistas, observações e estudos de caso junto a gestores, professores, estudantes e demais atores envolvidos, de modo a confrontar os pressupostos normativos da política com sua implementação nos diferentes contextos escolares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza pelo apoio institucional e pelo desenvolvimento de políticas públicas que possibilitam a realização de estudos e pesquisas voltados à educação pública municipal. Agradeço, também, aos meus orientadores, pela escuta atenta e pelas contribuições teóricas ao longo de todo o processo de construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247–270, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015–1035, 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação integral: material de apoio à formulação e implementação de políticas municipais de educação integral em tempo integral.** São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. **Orientações gerais do Programa Aprender Mais.** Fortaleza: SME, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **Educação integral: articulação de projetos e espaços de aprendizagem.** São Paulo: CENPEC, 2006.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. **Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35–45, 2000.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 7. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MOLL, Jaqueline. **Educação integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: MEC, 2012.
TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte.** São Paulo: Brasiliense, 2010.